

TERRITORIALIDADE E EMPODERAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA

Territoriality and empowerment of the public library

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Professora do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA); Doutora em Ciência da Informação, pela UnB; Mestre em Linguística, pela UFPB; Bacharel em Biblioteconomia, pela UFC.

cleide.rodrigues@ufca.edu.br

RESUMO: Traz recorte do referencial teórico do projeto de pesquisa: 'Biblioteca Pública e Pertencimento: construção de uma política de atuação local', realizado no âmbito do PIBIC e embasado pelo Grupo de Pesquisa CNPq: 'Biblioteca, Informação e Sociedade (BIS)'. Delineado por uma pesquisa bibliográfica e exploratória e análise qualitativa, aborda os principais fatores para o pertencimento e empoderamento das bibliotecas públicas. Para tal, contempla os conceitos de identidade e globalização, imagem organizacional e biblioteca, para por fim, elencar os parâmetros para a elaboração de uma política de territorialização da biblioteca pública no cariri cearense. Os resultados parciais apontam que os indicadores para a construção de uma política para o desenvolvimento de um estado de pertencimento local ou territorialidade em relação à biblioteca pública, se alicerçam a partir do monitoramento da percepção da comunidade usuária. Que esses indicadores são o de territorialidade social e do estado de pertencimento. A política de atuação local contribui para um melhor relacionamento da clientela com sua biblioteca e que a partir daí a comunidade tome posse da biblioteca pública.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Pública. Empoderamento da Biblioteca Pública. Territorialidade e Biblioteca Pública

ABSTRACT: It brings out the theoretical reference of the research project: 'Public Library and Belonging: construction of a policy of local action', carried out within PIBIC and supported by the CNPq Research Group: 'Library, Information and Society

(BIS)'. Delineated by a bibliographical and exploratory research and qualitative analysis, it addresses the main factors for the ownership and empowerment of public libraries. In order to do so, it contemplates the concepts of identity and globalization, organizational image and library, in order to finally establish the parameters for the elaboration of a policy of territorialization of the public library in the Cariri of Ceará. The partial results indicate that the indicators for the construction of a policy for the development of a state of local belonging or territoriality in relation to the public library, are based on the monitoring of the perception of the user community. That these indicators are that of social territoriality and the state of belonging. The policy of local action contributes to a better relationship between the clientele and its library, and from there the community takes possession of the public library.

KEYWORDS: Public Library. Empowerment of the Public Library. Territoriality and Public Library

1 Introdução

Biblioteca pública é sinônimo de informação e conhecimento. Sobre ter conhecimento e ser informado, o primeiro depende do segundo (McGARRY, 1999). O cenário da informação na sociedade atual aponta para uma universalização do conhecimento, pautado, sobretudo, nos alicerces tecnológico e social. Isto significa relevante avanço para a área de informação e com isto, é crucial que a sociedade, em seus mais diversos segmentos de atuação, possa consolidar uma política que garanta ao cidadão o acesso à informação e ao conhecimento.

A biblioteca pública como uma instituição que produz, processa, armazena e dissemina a informação e que atua no contexto social, político, econômico, comunicacional e profissional, pode e deve construir uma política de atuação local, voltada para o estabelecimento de relações entre a comunidade e a biblioteca. Segundo as Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas, estas proporcionam “[...] acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e as obras de imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços [...]” (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 1).

A história das bibliotecas públicas brasileiras é marcada por crises e desafios. Entretanto, essas dificuldades atuaram como um incentivo para que a biblioteca pública pudesse ultrapassar todo e qualquer contratempo. Os desafios, em parte, são oriundos das demandas informacionais da sociedade da informação, que por sua vez, exige do bibliotecário uma ação mais específica e proativa à essa demanda.

O que significa que essa ação proativa passa pelo entendimento da informação como “uma estrutura significativa que implica na intenção de gerar conhecimento no indivíduo” na sociedade (SANTOS, 2007, p. 70).

Santos (2007) afirma que as tecnologias da informação e da comunicação podem proporcionar as bibliotecas públicas oferecer serviços diferenciados que possibilitem o real desenvolvimento da comunidade usuária. A autora afirma ainda que esses serviços podem ser orientados da seguinte forma: trazendo a biblioteca como usuária dos recursos e serviços de informação na internet; e/ou trazendo a biblioteca como provedora dos serviços de informação na internet. Esta segunda orientação, em que a biblioteca pública é produtora de informação, dá-se através do relacionamento direto com a sua comunidade e contribui diretamente para o estabelecimento do conceito de território local de atuação.

Para entender o conceito de território local de atuação, estudo iniciado com a pesquisadora colombiana Ana Maria Betancur Betancur (2007), que cunhou o conceito a partir do entendimento da expressão do coletivo, de suas identidades locais e expressividade para a coletividade, especificamente das bibliotecas públicas. Pautando-se no pensamento contemporâneo de atuação da biblioteca pública que assume grandes desafios, perante à sociedade da informação, sobretudo, no que diz respeito ao uso da tecnologia, e, no tocante à responsabilidade social que a mesma exerce.

O problema de pesquisa está pautado no relacionamento comunidade usuária e biblioteca pública, identificado através de estudos anteriores que ressaltam a imagem organizacional da instituição (BERNARDINO, 2017; BERNARDINO, 2016; BERANRDINO, 2013; BERNARDINO; SUAIDEN, 2011). A imagem organizacional da biblioteca pública é identificada a partir das variáveis: autoimagem (como a instituição se vê); imagem intencional (como a instituição se projeta para a comunidade); e imagem funcional (como a biblioteca se estrutura tecnologicamente e comercialmente na comunidade). Cada variável recebe um peso, sendo 2 para autoimagem, 3 para imagem intencional, e 5 para a imagem funcional (VILLAFANE, 1993). A imagem funcional recebe um peso maior pois, é exatamente sua estrutura tecnológica e seu relacionamento com a comunidade, que influencia no estabelecimento de condições para que a comunidade usuária possa estabelecer um estado de pertencimento com a biblioteca pública.

Este trabalho tem como objetivo trazer, a partir da literatura, construtos que

contribuam para a construção de um território local de atuação para a biblioteca pública do cariri cearense. Para tanto, utiliza-se da pesquisa bibliográfica com delineamento qualitativa, pautado pela pesquisa exploratória.

2 Percepções sobre territorialidade e empoderamento da biblioteca pública

Para entender os aspectos relacionados a territorialidade através de uma política de atuação voltada para o empoderamento e a territorialidade deste equipamento público, parte-se do conceito de território, definido por H. E. Howard, em 1920, como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 159). Raffestin (1993) defende que a noção conceitual de espaço é construída a partir de um processo de valorização deste espaço, que pode ser social ou natural. Neste raciocínio Raffestin (1993, 143) defende que o espaço é anterior ao território e que este se forma a partir do espaço, que “[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço”.

De posse do acima exposto, como estes conceitos podem ser incorporados à biblioteca pública? Pela complexidade da sociabilidade humana, que abrange tanto o âmbito geográfico quanto o social, a territorialidade pode ser estruturada a partir de um sentido de identidade espacial, de exclusividade e interação humana (SOJA, 1971). Interação, esta é a palavra que define os aspectos que auxiliam a biblioteca a desenvolver um relacionamento com a comunidade, de forma que tanto esta possa estar no ambiente da biblioteca pública, como possa também fazer parte desse espaço. O que isto significa? Que a preocupação não seja simplesmente em trazer o usuário para dentro da biblioteca, mas que a biblioteca possa incorporar-se ao ambiente do usuário.

Este raciocínio iniciou-se com os estudos acerca da construção de um território local de atuação para as bibliotecas públicas como uma interpretação da expressividade do cenário das identidades locais da comunidade usuária, em prol da coletividade (BETANCUR BETANCUR, 2007). Isto significa conhecer a comunidade e reconhecer suas particularidades, talentos e necessidades. Significa

incorporar a biblioteca no dia-a-dia da sua comunidade. Essas ideias vão ao encontro da definição de territorialidade de Soja (1971) e ajudam a trazer para o ambiente corporativo das bibliotecas públicas noções de identidade e interação social para garantir o sentido de posse, de apropriação. Portanto, a territorialidade, para a biblioteca pública, pode resultar em uma construção social que envolve comunicação, interação e sentimento de pertencimento.

Essa ação que fala Raffestin (1993) pode ser conduzida pelo bibliotecário como ator social, que realiza um programa de comunicação e interação com o objetivo de construir noções de pertença e posse. A construção de um território local de atuação para a biblioteca implica diretamente nos aspectos que se referem a sua imagem organizacional. Schuler (2004) afirma que a imagem organizacional corresponde ao modelo mental criado por seus stakeholders¹ para representá-la sempre que estes pensam na instituição. Kunsch (2003) complementa o conceito de imagem a partir da percepção do público da organização em questão e afirma que imagem pode ser entendida como uma visão subjetiva da realidade objetiva, o que significa que as pessoas interpretam as mensagens emitidas pela organização de acordo com as experiências vivenciadas durante toda a vida, fazendo com que cada imagem formada seja única e individual.

Ao conduzir esta concepção para a biblioteca pública, reforça-se a necessidade de um relacionamento com a comunidade, para que possa suscitar experiências positivas. Neste sentido, afirma-se que este é um passo importantíssimo para a construção de um território de atuação. Felicié Soto (2006, p. 111, tradução própria) corrobora com esta reflexão ao afirmar que,

Além de cumprir as suas responsabilidades tradicionais, a biblioteca deve ser uma entidade com uma forte presença na vida da comunidade. Deve ser parte do cotidiano das pessoas da comunidade, tais como shopping centers, escolas, cinema, parques e farmácias. A única maneira de estabelecer essa visão da biblioteca pública é efetivamente atender às necessidades da mesma forma que fazem as entidades mencionadas.

Esta condição estabelece entre a biblioteca e sua comunidade uma apropriação do território, da biblioteca. E o que significa? Significa colocar as realidades locais dentro da biblioteca pública. Significa construir condições de protagonismo da comunidade na biblioteca pública. Betancur Betancur (2007, p. 14, tradução própria) conclui que “Aproximarmos a construção social do território, a partir da biblioteca pública, implica revisar os aspectos que são pré-requisitos: o reconhecimento das

¹ Público estratégico, descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles.

identidades e a globalização, como aspectos que permeiam as relações local-global como uma breve análise do contexto”.

2.1 Aspectos de Identidade e Globalização

A identidade, sobretudo a identidade cultural, tem sido comumente vinculada a conceitos tendenciosos que influenciam diretamente a sua compreensão como uma imagem endeusada, estática e homogênea, e, em muitos casos, relacionada ao passado. Este conceito falha ao excluir aspectos como os fluxos e relacionamentos dos espaços e atores sociais, falha ao não incluir em sua concepção de identidade a multidimensionalidade, a contextualização, a individualização e, ao mesmo tempo, a coletividade e a comunicação. O fato é que a construção da identidade deve ser embasada pelo contexto. Castells (1999) afirma que todas as intervenções sociais e as características de cada tipo de identidade estão conectadas ao homem como ser social, sendo, ao ator social, aplicadas as suas necessidades para com a sociedade.

Entretanto, ao se falar em atores sociais, a noção de identidade, para Castells (1999), é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados. Neste sentido, infere-se que, para um determinado indivíduo ou um grupo de indivíduos, poderá haver identidades múltiplas.

Hall (1999) pauta a compreensão de identidade a partir de três concepções, que são: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico, e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo é uma concepção individualista, baseado em uma “[...] concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...]” (HALL, 1999, p. 10). O sujeito sociológico, por sua vez, reflete a “[...] crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente [...]” (HALL, 1999, p. 11) mas formado através da relação com outras pessoas com relativa importância para o sujeito. Esta é uma concepção interativa e interacionista. E o sujeito pós-moderno é o resultado das mudanças nas concepções anteriores. Este é o sujeito que não apresenta “[...] uma identidade fixa, essencial ou permanente [...]” (HALL, 1999, p. 12) tornando-se uma identidade móvel, formada e transformada continuamente “[...] em relação

às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1999, p. 13).

Embasando-se no conceito de sujeito pós-moderno de Hall (1999), em que a identidade é definida historicamente a partir das situações e significados e, sobretudo, pela representação social, é que se caracterizam os aspectos de identidade voltados para a biblioteca pública e sua comunidade. Esses aspectos podem identificar no entorno outras identidades por Castells (1999) como: identidade legitimadora, que é introduzida pelas instituições exercer alguma influência perante a comunidade; e identidade de resistência, que se constitui nos sujeitos sociais que se encontram em situações de vulnerabilidade social; identidade de projeto, quando, a partir de intervenções da biblioteca com a comunidade, possam surgir novas identidades.

De posse dessas identidades, faz-se imprescindível a revisão de alguns conceitos, tais como os de biblioteca pública e sujeito social, de identidade e pertencimento social, a fim de que se possa fazer relação com os construtos sociais que fortalecem a ideia de equipamento público para a comunidade e com a comunidade. Esses construtos podem ser pautados inclusive no entendimento de globalização.

Para Giddens (1990) globalização é a intensificação das relações sociais mundiais que se unem a localidades mais distantes de forma que os acontecimentos locais sejam condicionados por outros eventos que ocorrem a milhares de quilômetros de distância e vice-versa. Sousa Santos (2002, p. 26), ao revisar os estudos sobre os processos de globalização, afirma que a sociedade está perante “[...] um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. Isto significa que a globalização, como afirma Sousa Santos (2002, p. 27) não é um processo linear ou consensual, pelo contrário, abriga “[...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro [...]”. Neste sentido, deve-se ter em mente que para a construção de um território local de atuação para a biblioteca pública, precisa-se compreender a complexidade da comunidade usuária e administrar os possíveis conflitos que possam existir oriundos do processo de globalização.

Sousa Santos (2002) discute a pluralidade dos discursos sobre a globalização, defendendo a necessidade de uma reflexão crítica. Sua proposta teórica é apresentada a partir do que chama de contradições, globalização e localização, Estado-nação e

não-Estado transnacional, natureza político-ideológica, com base no conceito de sistema mundial em transição, e no contexto do cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade como modo de produção de globalização em que se organiza a resistência em relação ao localismo globalizado e ao globalismo localizado.

Para Sousa Santos (2002) o globalismo localizado consiste no impacto das práticas e imperativos mundiais sobre as condições locais, isto inclui questões como desmatamento e destruição dos recursos naturais, livre comércio, etc. Já o localismo globalizado é quando uma ação aparentemente exitosa em determinada localidade ganha espaço mundial, como, por exemplo, o consumo de determinada comida típica de uma região/país em outra, de cultura distinta. Já o cosmopolitismo é quando o Estado, região ou grupos sociais considerados subordinados, se organizam mundialmente em defesa de seus interesses. Um bom exemplo disso é os diálogos Sul-Sul. Patrimônio comum da humanidade são temas considerados indiscutivelmente importantes para a vida humana, de natureza global, como a preservação da Amazônia, a emissão de gases poluentes na Camada de ozônio, sustentabilidade, etc.

E onde a biblioteca pública entra nesta discussão? Bom, as bibliotecas públicas fazem parte do panorama paisagístico das cidades. São espaços públicos de socialização de informações e de produção de conhecimento por excelência. Tendo como base a afirmação de Betancur Betancur (2007, p. 18, tradução própria),

Agora, a globalização é reorientada e desterritorializada simultaneamente, de acordo com seus próprios fluxos ou impulsos, permitindo que a circulação de informações e capitais se acelere ao longo do tempo e se expanda no espaço sem levar em consideração as unidades físico-geográficas.

Afirma-se, portanto, que a biblioteca pode e deve apropriar-se dos conceitos de globalização e identidade a fim de pautar seus construtos de territorialidade local e de empoderamento de sua comunidade. Em outubro de 2017, a cidade de Fortaleza, no Ceará, sediou o XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, com o tema: “Bibliotecas e a Agenda 2030”². A escolha da temática é uma clara preocupação com temas globais que envolvem a vida humana e do planeta, e o engajamento da biblioteca nestas questões é o que contribuirá para torná-las parte da própria comunidade. As bibliotecas públicas podem promover ações com o intuito de implementar a Agenda 2030 em suas comunidades. É preciso ter em mente que socialmente as bibliotecas tem

² Sobre a Agenda 2030 ver: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

deixado de existir como espaços destinados apenas aos livros. Claro que devem ter à disposição livros e demais documentos que abriguem informações, porém, espera-se que na Era Global, as bibliotecas sejam construtoras de capital humano e social, de conteúdo, de redes de conhecimento e que contribuam, sobretudo, para o empoderamento da comunidade em seu esforço coletivo a partir de inovação e interação social.

2.2 Aspectos de Imagem Organizacional para o Empoderamento da Biblioteca Pública

Falar de imagem da biblioteca pública é falar dos aspectos que envolvem a gestão deste equipamento público. É falar de auditoria e monitoramento de imagem como fundamental para diagnosticar a percepção da comunidade em torno dos produtos e serviços da biblioteca. É cuidar da imagem pública desta instituição. Costa (2009, p. 202, tradução própria) afirma que a “imagem pública, a que as pessoas constituem e retém na memória, é uma síntese de diversos estímulos ligados à empresa”. Esses estímulos podem ser entendidos como um conjunto de características que envolvem a cultura organizacional da biblioteca pública, como por exemplo, a qualidade dos produtos e serviços, compreensão da gênese da instituição e as experiências dos sujeitos envolvidos.

Esses estímulos se constituem a partir de parâmetros que envolvem as variáveis: autoimagem, imagem intencional e imagem funcional. A autoimagem trata da percepção que cada sujeito, que faz parte da biblioteca, tem. Ou seja, a percepção dos funcionários e da clientela, o conhecimentos desses atores a respeito de determinados aspectos da biblioteca, que envolvem os produtos e serviços, sua missão e visão estratégica. Como imagem intencional tem-se os estímulos produzidos conscientemente, como Portais institucionais, blogs, fanpage, etc. E a imagem funcional é todo o aparato tecnológico e comercial, envolve o relacionamento direto com a comunidade e o processo de comunicação.

As variáveis que compõem a imagem organizacional da biblioteca pública auxiliam o processo de gestão da imagem da biblioteca como instituição pública. E quando se fala em gestão da imagem da biblioteca pública é importante destacar que, como equipamento social, a biblioteca pública deve ser entendida como organização passível de ser gerida e que construir uma política que contemple o

monitoramento interno e externo e estabeleça relações com a comunidade, possa ser parte do planejamento da instituição.

Neste sentido, a gestão abrange todos que fazem parte da biblioteca. Sendo assim, é importante que o conhecimento que cada um dos envolvidos com a gestão da biblioteca seja valorizado. Este é um fator imprescindível para uma política de construção de uma imagem corporativa positiva. O que significa que valorizar o capital intelectual dos gestores e demais atores da biblioteca pública, contribuirá para uma imagem positiva da mesma. Esta ideia corrobora com o pensamento de Wii (1993 apud SOUSA, 2017, p. 30) ao definir gestão do conhecimento como uma “[...] construção sistemática, explícita e intencional do conhecimento e sua aplicação para maximizar a eficiência e o retorno sobre ativos de conhecimento da organização”.

Sendo assim, para uma imagem positiva da biblioteca pública é necessário que seja planejado e colocado em prática “[...] um conjunto de políticas e práticas concretas que reforçam a coordenação, integração e sinergias de todos os instrumentos de imagem” (ZARCO; LOPEZ 2007, p. 172, tradução própria). Segundo Villafañe (1998, p. 42) “[...] a gestão estratégica da imagem significa entender a imagem pública da empresa como um novo vetor de competitividade”.

A auditoria é um dos elementos que envolvem a gestão da imagem organizacional e o monitoramento das percepções do entorno da comunidade completam as condições necessárias para o estabelecimento de uma política de pertencimento da organização. Sendo assim, a auditoria “[...] permitirá à organização conhecer a situação de maneira global e completa a respeito de sua imagem corporativa e conseqüentemente, estabelecer e pôr em prática estratégias para a manutenção de uma imagem positiva” (BERNARDINO, 2016, p. 9).

O monitoramento, portanto, é uma checagem realizada periodicamente observando os fatores que implicam diretamente na imagem corporativa da biblioteca pública. Conforme observam Valentim e Molina (2002, p. 60) o monitoramento é “o método ou técnica de observação e acompanhamento constante de dados, informação e conhecimento relevantes ao negócio da organização”. Entende-se que o monitoramento da imagem da biblioteca pública é um diagnóstico que auxiliará sobremaneira à gestão no que diz respeito à construção de política de pertencimento local.

A partir de 2010 a biblioteca pública mostra uma maior preocupação com o

usuário e o atendimento de suas necessidades informacionais em qualquer suporte, entretanto, descobre que “[...] não faz parte da paisagem urbana da cidade, assim como os correios, o banco, a praça (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 299). Este é o desafio, incorporar-se à paisagem urbana, fazer parte da vida das pessoas, construir vínculos e fortalecer sua imagem organizacional. A partir dos vínculos construídos com os usuários é que será possível criar um estado de pertencimento local dos usuários com a comunidade e fazer com que a biblioteca pública seja incorporada na paisagem urbana. Ao construir vínculos as pessoas poderão finalmente apropriar-se do espaço da biblioteca e torna-la sua.

3 Procedimentos Metodológicos

Traz o referencial teórico da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto: ‘Biblioteca Pública e Pertencimento: construção de uma política de atuação local’, que contemplou revisão de literatura abordando os principais fatores para o pertencimento e empoderamento das bibliotecas públicas. A pesquisa bibliográfica é descrita por Severino (2016, p. 131) como “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores [...]”.

A investigação foi delineada através de uma pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2012, p. 27) “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. O delineamento qualitativo contribuiu para a elaboração dos construtos sociais norteadores das ações das bibliotecas públicas para a construção de um território local de atuação social.

4 Política para a construção de um território local de atuação para a biblioteca pública

Partindo da reflexão de Betancur Betancur (2007) que afirma que as bibliotecas públicas são agentes dinamizadores para a construção social do território, e que isto se dá pela sua tripla função de proporcionar a formação de uma sociedade leitora; garantir o acesso à informação local, regional, nacional e internacional em todo e qualquer suporte e formato; e divulgar e fomentar o desenvolvimento cultural. A construção do território local de atuação para as bibliotecas públicas será pautada

nos parâmetros de: a) políticas de formação de uma sociedade leitora; b) políticas de acesso à informação; e c) políticas de fomento ao desenvolvimento cultural.

Observando os contextos social, político, econômico, comunicacional e profissional. O contexto social, enfatiza as funções sociais da biblioteca pública e sua intrínseca relação com seu papel educacional e cultural. Como afirma Usherwood (1999, p. 42): “As bibliotecas podem desenvolver oportunidades educativas, podem fornecer instalações de lazer e até espaço para sonhar [...]”. O contexto social tem um desafio em seu bojo que delega à biblioteca pública criar condições e oportunidades que permitam a melhoria da qualidade de vida da sua comunidade usuária. Isto significa atuar ativamente na comunidade, oferecendo espaços de interação social oportunos para o lazer, a educação e a cultura.

O contexto político, consiste na apropriação do equipamento como ambiente político, na socialização e discussão de seus serviços, decisões administrativas, orçamento etc. Usherwood (1999, p. 47) afirma que “As bibliotecas públicas não existem num vácuo político. Isto significa que as decisões tomadas pela gestão da biblioteca pública tem repercussão direta na vida da sua comunidade usuária, nos serviços oferecidos à esta e exige, portanto, uma participação direta desta comunidade.

O contexto econômico, é semelhante à participação da comunidade usuária no contexto político. Um bom exemplo disso é a criação de Conselhos de Gestão com a participação efetiva de representantes da comunidade. Como uma Instituição sem Fins Lucrativos e com um orçamento que não é, na maioria das vezes, descrito e deliberado de forma clara, a biblioteca pública precisa criar mecanismos que possibilitem alocar e otimizar recursos. A gestão de alguns serviços terceirizados como a reprografia, dinheiro oriundo de multas ou até mesmo doações de terceiros, podem ter uma orientação na política da biblioteca. Para isto é relevante a participação da comunidade.

O contexto comunicacional, envolve questões relativas à liberdade intelectual e de informação, acesso à informação, comunicação. Este tem uma relação muito forte com o contexto político e social, uma vez em que permite que a biblioteca pública atue efetivamente na comunidade e para a comunidade, oferecendo informações relevantes que possibilitem que os leitores construam uma visão crítica das informações veiculadas nos diversos suportes e meios de comunicação.

E o contexto profissional, tem uma atuação interna, pois está atrelado à ética dos profissionais envolvidos na gestão do equipamento público. Neste sentido, a construção de um estado de pertencimento passará por uma política de construção de um território local de atuação para a biblioteca pública. E isto será possível a partir do reconhecimento das potencialidades e realidades locais que contribua para a promoção humana, integrando culturas e claro, promovendo o empoderamento dos grupos que compõem a comunidade usuária. Esta ação incentivará o desenvolvimento econômico e social da comunidade usuária.

Jaramillo e Ríos (2005) chamam a atenção que é preciso que se estabeleça um novo conceito de biblioteca pública. E que este deverá englobar um entendimento da missão social e cultural da instituição de uma forma que permita visualizar sua articulação com a realidade social da comunidade, contemplando os componentes de sua atuação como o entorno, os sujeitos sociais e o contexto local.

O caráter social e cultural da biblioteca pública contribui para a formação do seu potencial de intervenção nas dinâmicas sociais. Essa intervenção por sua vez atuará para a criação de relação íntima da biblioteca com seus usuários. Ao integrar-se com a comunidade a biblioteca estará construindo um território de atuação local (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 95).

Portanto, interpretar o cenário de identidade local, sua expressividade e estabelecer parâmetros de relacionamento com a clientela, é o primeiro passo para a política de territorialidade para a biblioteca pública.

Quanto aos parâmetros de territorialidade social, a política deve englobar a divulgação da biblioteca pública em canais de informação tanto formal como através da Web. É importante destacar que, não é a simples divulgação em si, mas a articulação de uma proposta de melhoria dos produtos e serviços, criação de serviços em conformidade com as necessidades apontadas no monitoramento e de uma política de relacionamento com a clientela.

Os parâmetros de pertencimento compõem estratégias de melhoria do espaço físico, a criação de Associações e Fóruns de discussões, que trará a comunidade para dentro da instituição e a incorporação de atrações culturais com a participação direta da comunidade usuária. A partir do monitoramento, torna-se possível identificar as potencialidades locais e incorporá-las à programação das atividades da instituição. Com isto, a comunidade se sentirá valorizada e inserida à biblioteca.

O monitoramento também identificou os pontos fracos e fortes da biblioteca

pública, a partir desses dados, será possível desenvolver estratégias para que os pontos fracos apontados possam ser melhorados.

A construção da política é a partir dos dois parâmetros observados no monitoramento e se constitui de um rol de ações, atividades, projetos e programas integrados com a comunidade. Após a elaboração da política, observados todos os parâmetros e construtos identificados no monitoramento, passa-se portanto, para a aplicação e acompanhamento da política em uma unidade de informação.

5 Considerações finais

Estes dados permitiram estabelecer os parâmetros para a construção de um território local de atuação para a biblioteca pública, e com a continuação do projeto, será possível estabelecer diretrizes de acompanhamento e monitoramento para o desenvolvimento de um guia de atuação para a biblioteca pública no cariri cearense, local do estudo.

É importante ressaltar que as bibliotecas, sobretudo, as públicas, desde a sua criação e projeção sociopolítica, tem uma dívida com o desenvolvimento local de sua comunidade. Este desenvolvimento, é alcançado quando, comunidade e biblioteca, com sua gestão e servidores, estabelecem relações intrínsecas, pautadas na melhoria da qualidade de vida de sua clientela e no desenvolvimento humano e cultural.

Os desafios da biblioteca pública para este intento são muitos. Porém, deve pautar-se no espírito da coletividade e construir um projeto em conjunto, articulado com as necessidades da comunidade usuária.

Os indicadores para a construção de uma política para o desenvolvimento de um estado de pertencimento local ou territorialidade em relação à biblioteca pública são elencados a partir do monitoramento da percepção da clientela. Esses indicadores envolvem os dois parâmetros, o de territorialidade social e do estado de pertencimento. A partir daí é possível estabelecer uma política de atuação que permita um maior estreitamento do relacionamento da clientela com sua biblioteca e de uma maior interação com a mesma. O objetivo final é que, ao tornar a biblioteca pública uma extensão de sua casa, a sensação de pertença se estabeleça e, com isto a imagem da biblioteca como organização torne-se positiva.

A aplicação da política desenvolvida em uma das instituições investigadas será o próximo passo do projeto e contará com o monitoramento para se identificar a possibilidade de sucesso da política, a fim de que se torne, posteriormente, um guia para as bibliotecas públicas cearenses.

Referências

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Políticas de construção de território local de atuação para a biblioteca pública. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 93-102, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/32937/17415> Acesso em: 6 ago. 2017.

_____. Auditoria de imagem organizacional e territorialidade para a construção de um território local de atuação para a biblioteca pública no cariri cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. Anais... Salvador: ANCIB, 2016. p. 1-19. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4152/2433> Acesso em: 5 ago. 2017.

_____. Gestão da imagem organizacional da biblioteca pública na sociedade da informação: as bibliotecas polos do Estado do Ceará. 2013. 314f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14419> Acesso em: 5 ago. 2017.

_____; SUAIDEN, Emir José. Bibliotecas públicas e imagem organizacional: diferentes olhares. *Perspectiva em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 289-304, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/9607/7281> Acesso em: 5 ago. 2017.

BETANCUR BETANCUR, Adriana María. *Bibliotecas públicas, información y desarrollo local*. Medellín: Comfenalco Antioquia, 2007. (Colección Biblioteca Pública Vital, 7).

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação economia, sociedade e cultura*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Joan. *Imagen corporativa en el siglo XXI*. 2. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

FELICIE SOTO, Ada Myriam. *Biblioteca pública, sociedad de la información y brecha digital*. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Oxford: Polity Press, 1990.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. (Orgs.). Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

McGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática. 1993. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf) Acesso em: 30 jul. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Vanda Ferreira dos. Biblioteca pública y desarrollo económico. Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

SCHULER, Maria. Management of the organizational image: a method for organizational image configuration. *Corporate Reputation Review*, v. 7, n.1, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233612408_Management_of_the_Organizational_Image_A_Method_for_Organizational_Image_Configuration Acesso em: 6 ago. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Crotez, 2016.

SOJA, Edward W. The political organization of space. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/103277014/Soja-Edward-The-Political-Organization-of-Space> Acesso em: 30 jul. 2017.

SOUSA, Carlos Henrique da Silva. Gestão do conhecimento na rede de bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará: uma proposta de implementação. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia)- Universidade Federal do Cariri, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização. In: _____. (Org.). A globalização das ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-102. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/globalizacaoociencias.pdf> Acesso em: 18 nov. 2017.

USHERWOOD, Bob. A biblioteca pública como conhecimento público. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim; MOLINA, Letícia Gori. Prospecção e monitoramento informacional no processo de inteligência competitiva. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. esp., 1º sem., 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2004v9nesp1p59/5282>> Acesso em: 27 jun. 2017.

VILLAFANE, Justo. Imagem positiva: gestão estratégica da imagem das empresas. Lisboa: Edições Silabo, 1993.

ZARCO, Ana Izabel Jiménez; LÓPEZ, Francisco José Martínez. La auditoria de la imagen: la investigación. In: _____; ARDURA, Inma Rodríguez. (Coords.). *Comunicación e imagen corporativa*. Barcelona: Editorial UOC, 2007. p. 169-193.